

Eixo Temático

3. Educação no Campo, Marxismo, Trabalho e Formação Humana

Título

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA – REFLEXÕES A PARTIR DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DOS MANDALEIROS DE UBERLÂNDIA

Autor(es)

José Eduardo Fernandes
Carlos Alberto Lucena

Instituição

Faculdade de Educação - UFU

E-mail

eduambienta@gmail.com

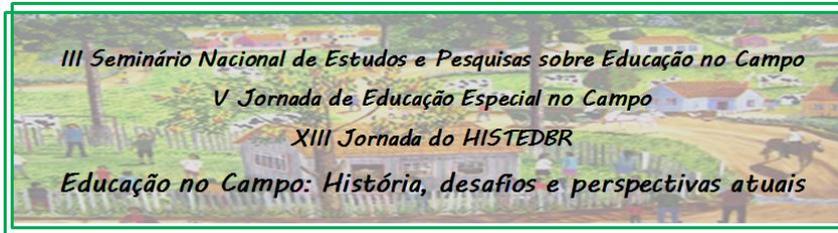
Palavras-chave

Agricultura Familiar; Incubação; Formação e Trabalho

Resumo

Os trabalhadores da agricultura familiar camponesa enfrentam uma série de dificuldades para a sua sobrevivência, desde o momento da organização pela posse da terra até as práticas de produção e comercialização. Questões fundamentais como a organização do trabalho coletivo, superando a cultura do individualismo, a formação para o trabalho que seja emancipatória, o acesso às tecnologias, são alguns dos desafios enfrentados pelos trabalhadores camponeses na sua luta por melhores condições de vida. A superação das dificuldades de um grupo de agricultores camponeses de Uberlândia foi acompanhada pelo Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários - Cieps/Proex/UFU, no período de 2011 a 2014, no sentido de assessorar essas famílias para construir alternativas de emancipação econômica, e assim contribuir com o acúmulo de conhecimento para futuras intervenções. O objetivo deste trabalho é analisar, a partir do relato e da reflexão sobre a realidade desse grupo de trabalhadores da agricultura familiar camponesa, os desafios e contradições a enfrentar no caminho da emancipação econômica. O método utilizado para essa análise foi o materialismo histórico dialético a partir do qual buscou-se discutir as ideias hegemônicas em relação aos desafios citados e, com isso, desenvolver uma análise crítica sobre as contradições e

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



desafios históricos para esses trabalhadores. A melhoria das condições de vida dessas famílias de agricultores camponeses está ligada a capacidade de toda a sociedade em superar a lógica do individualismo e construir práticas coletivas que sejam de bem comum. Essas possibilidades estão diretamente relacionadas com a história das relações políticas encontradas na questão agrária de nosso país. Os desafios para conquistar a emancipação econômica dessas famílias são enormes e exigirão de todos os públicos envolvidos - camponeses, poder público, incubadora, comunidade universitária, sociedade - muita paciência e empenho, o que não a torna impossível. Na prática, significa investir em interações de relacionamento e de formação para o trabalho que apontem para a necessidade de se trabalhar de forma cooperada, levando em consideração suas vivências, experiências de trabalho e sua cultura, buscando a eliminação da exploração do trabalho, a alienação e o estranhamento do trabalhador em relação ao resultado de seu trabalho e de sua produção, na busca pela emancipação humana.

Texto Completo

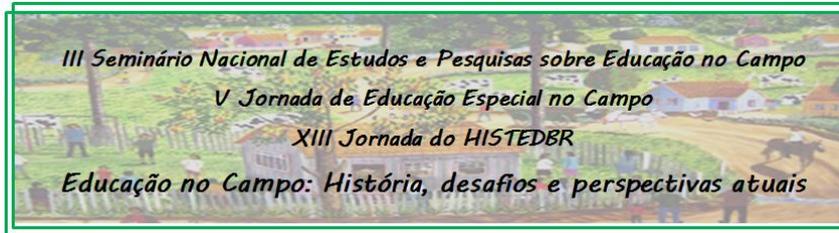
1. Breve relato sobre a questão agrária

A questão agrária, entendida do ponto de vista histórico-crítico, em nosso país concentra em sua essência muitas disputas em relação a legitimidade da propriedade, desde que os primeiros navios europeus atracaram em terras *tupiniquins*, até os nossos dias. Questões como a ocupação de terras indígenas, ou grandes áreas que deveriam estar a disposição da Reforma Agrária, são demandas muito comuns nas instâncias jurídicas por todo o território nacional.

Segundo levantamento do NERA (2014), existiam em 2013, aproximadamente 23 mil famílias acampadas em todo o país aguardando a determinação do Incra para efetivarem-se nas terras destinadas à Reforma Agrária. Por diversas razões, políticas, econômicas, jurídicas etc, não são resolvidas, e invariavelmente acabam virando alvo de disputas. Assim, as famílias que ainda não conquistaram o direito a ter um pedaço de chão para seu sustento continuam vivendo em beiras de estradas, ou em terrenos sem as mínimas condições de dignidade humana. Essa condição de incerteza não é nova e acompanha a vida dos trabalhadores camponeses sem terras há décadas, tanto das famílias já assentadas como daquelas que permanecem na luta por um pedaço de chão.

Em 1964, João Goulart, em seu discurso, defendia a Reforma Agrária da seguinte forma: "A reforma agrária não é capricho de um Governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui, no Brasil, constitui a legenda mais viva da esperança do nosso povo, sobretudo daqueles

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**

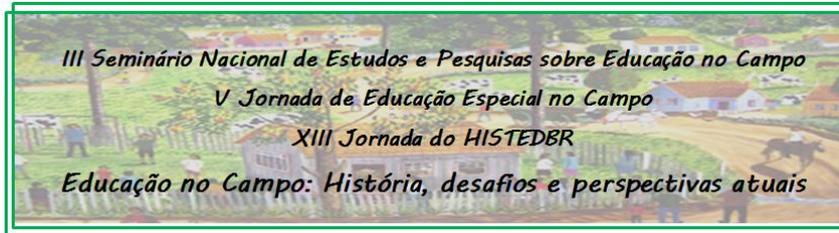


que labutam no campo" (STÉDILE, 2012, p.). Apesar de segundo dados do NERA (2014), haverem mais de um milhão de famílias assentadas entre os anos de 1988 e 2013, não se avançou o suficiente para atender as demandas dos trabalhadores e as questões estruturais que envolvem a questão agrária no Brasil.

De acordo com Stédile (2011), a conquista da terra é uma questão estrutural que faz parte da evolução da luta política e da luta de classes em nosso país. No entanto, muitas famílias de trabalhadores não conquistaram avanços significativos no que diz respeito à produção e à melhoria de vida. Pesquisas de Betanho (2008) apontam para a precarização e proletarização dos trabalhadores assentados, que acabam vendendo dias de trabalho para as empresas capitalistas, enquanto as mulheres empregam-se como domésticas nos centros urbanos. Isso indica que superar a disputa pela propriedade da terra não implica em garantias de sobrevivência. Muitos trabalhadores rurais, que colocados à margem das benesses do desenvolvimento do mundo capitalista, jogados à miséria e dependentes da sua própria sorte, após conquistarem o direito a terra, não resistem às tentações do imediatismo e acabam sucumbindo as suas esperanças ou abandonado sua terra.

A interpretação do pesquisador a respeito desse fenômeno, baseada nas pesquisas realizadas desde 2003 no Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária - GEPES/UFSCar, e no acompanhamento de empreendimentos incubados no Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários - Cieps/UFU, se dá no sentido de que, ao longo do tempo, muitos trabalhadores foram empurrados para as periferias dos centros urbanos durante o processo de industrialização do país, e quando tiveram a oportunidade de voltar para o campo, tiveram sua cultura e conhecimento das coisas, e do trabalho no campo, fragmentadas, diluídas ou mesmo apagadas. Esses trabalhadores perderam os vínculos com o trabalho na agricultura, o conhecimento que era passado de pais para filho. Juntando-se a isso, a falta de incentivo para a fixação de fato das famílias na terra, aumentaram as dificuldades até mesmo de produzir alimentos para o autossustento. Esses trabalhadores tiveram que assimilar outros conhecimentos e modos de vida para se adaptar a realidade urbana, por isso acabaram se ocupando com novas necessidades, e a relação com o campo se tornando uma criação mental de saudades da roça.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Assim, com o processo de migração do trabalhador rural a procura de melhores condições de vida e a sua proletarização, nos centros urbanos ou mesmo nas indústrias agrícolas passa por um processo de alienação de sua cultura com as relações da vida na roça. Esse estranhamento ocorreu historicamente no desenvolvimento econômico do país, impondo aos trabalhadores rurais a condição de serem preteridos politicamente na implementação da expansão agrícola, portanto foram cerceados ao direito à propriedade da terra, e colocados na condição de mão de obra para a produção em escala.

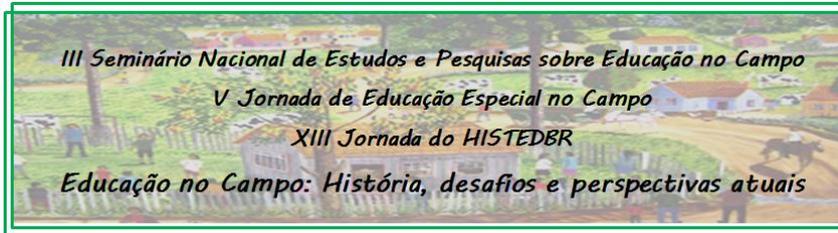
A lenta evolução da técnica agrícola possível nessas condições mal basta para compensar a tendência implícita à queda da produtividade do trabalho, isto é, se exaure no esforço da passagem a formas cada vez mais intensivas da agricultura. O capitalismo, ao criar, com a divisão social do trabalho, as condições para um rápido desenvolvimento da técnica agrícola, fixa-lhe outra meta, outro objetivo: em vez do aumento da produtividade “da terra”, busca preferencialmente o aumento vertical da produtividade do “trabalho” (RANGEL 2011, p.172).

A despeito da importância do assunto da luta pela terra, não é pretensão deste trabalho discutir a Reforma Agrária em nosso país, como também não avançaremos em relação às disputas pelas terras. Nosso foco está após a superação da posse da terra, momento em que se evidencia a dificuldade do acesso ao processo tecnológico que envolve toda a cadeia produtiva, o conhecimento acumulado ou não e seu desenvolvimento. Avançaremos na análise sobre as famílias que conseguiram superar a dificuldade de fixação na terra, tarefa que não é simples nem rápida, e que encontraram pela frente uma infinidade de outros impedimentos, em especial nos processos de produção e comercialização como esforços de sobrevivência por meio do trabalho na terra.

A partir da intensificação da luta pela reforma agrária no Brasil na década de 1960, aconteceram diversas transformações nas relações do mundo do trabalho que são determinantes para a sobrevivência dessas famílias, principalmente no que diz respeito a incentivos governamentais de fomento, financiamento da produção, acesso às áreas, formação para o trabalho e educação no campo.

O recorte dessa realidade que será abrangido neste trabalho foca a região do Triângulo Mineiro que, segundo levantamento do NERA (2014), conta com 87

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



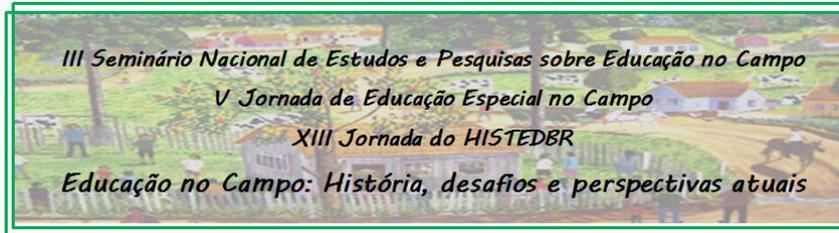
assentamentos da Reforma Agrária e 235 ocupações ou propriedades em disputa. Em Uberlândia são computados 14 assentamentos da Reforma Agrária, abrigando 815 famílias, e 54 ocupações em terras rurais e urbanas, envolvendo 8.335 famílias. Considerando que Uberlândia é uma das regiões em que o agronegócio exerce grande poder de intervenção nos mercados e na política econômica do país, o fato de existir 14 assentamentos da Reforma Agrária é extremamente relevante do ponto de vista histórico, sociológico, econômico e por que não dizer político para toda a região do Triângulo Mineiro.

Um exemplo da realidade deste município foi relatada por Cardoso e Cleps Jr. (2010). Os autores descrevem que, em 1999, ocorreu uma das ocupações mais importantes no histórico das disputas de terras em Uberlândia. 450 famílias ocuparam a Fazenda Tangará, terras de uma empresa privada, onde fizeram o enfrentamento com a polícia militar e fazendeiros e depois de muita luta e resistência para ficar na ocupação, as famílias foram assentadas em meados de 2006.

Poucos desses assentamentos que se concretizaram no município de Uberlândia conseguiram se desenvolver em termos de organização para o trabalho coletivo por meio de associações ou cooperativas. Um exemplo bem sucedido é a entrega de alimentos para a merenda escolar pelos assentamentos Canudos e Emiliano Zapata, organizados na Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária - ACAMPRA (INCRA, 2014). A realidade para a maioria dos agricultores familiares camponeses é de resistência para simplesmente se manter na terra, tendo a sua produção limitada para o autossustento ou vendendo quantidades mínimas de forma não organizada, garantindo um ganho extra, ou ainda presos às cadeias de atravessadores, entregando seus produtos para terceiros que industrializam ou revendem as mercadorias. Essa situação é comum para a maioria dos assentamentos do Brasil. Leite *et al* (2004) relatam que aproximadamente 70% da produção dos assentamentos é escoada para os mercados via atravessadores.

O exemplo da ACAMPRA e outros do Rio Grande do Sul, citados por Betanho (2008), podem indicar que, quando os trabalhadores investem em processos de organização de forma coletiva, os resultados acabam aparecendo ao longo do tempo. Para essa organização se transformar em realidade, existem questões relacionadas à

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



formação para o trabalho, condições imediatas de vida, bem como a formação das lideranças que conduzem esses processos.

Como afirma Bezerra Neto (2003, p.3),

Por ser a economia que determina, em última instância, as formas de organização de um povo, somente ela, mediada pela política, poderia fazer com que o trabalhador rural passasse a ter acesso à terra, aos equipamentos agrícolas e às condições de sobrevivência favoráveis que pudessem mantê-los na atividade agrícola.

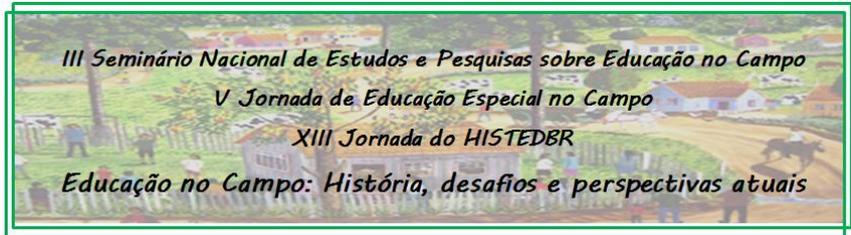
Quem garante que essas políticas sejam de fato voltadas para os agricultores camponeses, é a capacidade de organização desses movimentos, caso contrário, as ações governamentais tendem a favorecer os agricultores capitalista tradicionais. Quando não há esse apoio, a produção de alimentos realizada pelos trabalhadores camponeses tende a ficar mais onerosa tanto para o poder local como para os consumidores finais e as condições de vida desses trabalhadores também a se precarizam. Para atender essas demandas é necessário pensar em ações de apoio a esses empreendimentos de trabalhadores, no sentido de resgatar conhecimento agrícola, dominar as tecnologias inerentes ao trabalho no campo, organização para o trabalho e gestão, entre muitas outras áreas do conhecimento acumulado pela humanidade.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar, a partir do relato e da reflexão sobre a realidade de um grupo de trabalhadores da agricultura familiar camponesa, os desafios e contradições a enfrentar no caminho da emancipação econômica. A Associação dos Mandaleiros de Uberlândia (AMU) será apresentada a seguir.

2. Uma experiência de construção de formação e trabalho cooperado

No início do ano de 2011, o presidente e o vice-presidente da AMU procuraram o Centro de Incubação de Empreendimento Populares Solidários - CIEPS/UFU, buscando apoio para desenvolver um plano de negócios para o empreendimento, de forma a habilitar o mesmo a conseguir financiamento junto ao Banco do Brasil em seu programa Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). O sonho declarado da associação era agregar valor à produção de hortifrutis orgânicos com o processamento mínimo, e ainda desenvolver novo canal de distribuição para os produtos, que seria a

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



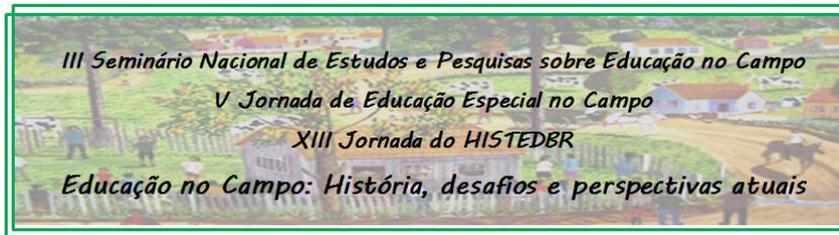
venda por meio de sítio na internet. A AMU tinha uma promessa por parte da prefeitura de cessão de um espaço de comercialização no mercado municipal e somente esperava esse sonho transformar-se em realidade.

À época, a preocupação principal era em relação sobre que nível estaria a produção e como os produtos estariam sendo distribuídos para que esses passos pudessem ser dados. Foram realizadas visitas aos produtores, a fim de entender o processo produtivo, a realidade e as possibilidades atuais e futuras para o desenvolvimento do empreendimento.

Em relação ao processo produtivo, as mandalas são a expressão de uma tecnologia social de produção que, a partir da análise do comportamento da natureza, desenvolveu um modelo de horta e cuidados para o cultivo de orgânicos. As hortas-mandalas são construídas com canteiros no formato de círculos concêntricos, sendo o centro ocupado por um reservatório de água, onde se criam peixes e patos. Os animais são alimentados com sobras da produção dos canteiros e fertilizam a água, que é utilizada para irrigar os canteiros, como um sistema autossustentável. A produção é agroecológica, portanto não se utiliza agrotóxicos e nem adubos químicos, o que impõe uma atenção maior do agricultor em relação ao controle de pragas, realizado com misturas caseiras de ingredientes repelentes. Outra estratégia para reduzir a incidência de pragas é o plantio de culturas diferentes lado a lado, dado que a maior parte das pragas é seletiva, isto é, não atacam todas as culturas indistintamente. Assim, reduz-se a possibilidade de perdas, no entanto, intensifica o uso de mão de obra no processo de cultivo desses hortifrutis orgânicos.

Entendida a tecnologia produtiva, nessas visitas também percebeu-se que os produtores não estavam produzindo coletivamente e nem de forma planejada. Existiam produtores vendendo porta-a-porta, outros comercializando pequenas quantidades nos espaços sociais que freqüentavam, outros vendiam a produção para o Ceasa, sem o diferencial de orgânico, outros alimentavam a família... e outros nada produziam. Algumas mandalas estavam sob mato. Uma única mandala estava em total produção, e o casal de agricultores familiares explorava quase que sozinho o mercado do distrito do Tapuirama. Pela distância e pela formação de relacionamentos de vizinhança,

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



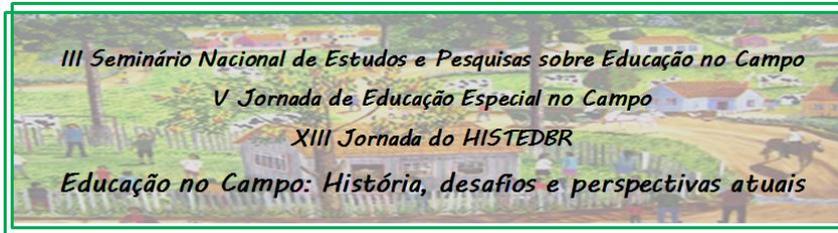
conseguiram cativar um mercado e com eles realizavam trocas. Essa foi a única experiência exitosa que conhecemos naquele início de 2011.

Essa realidade foi apresentada na primeira reunião do Colegiado da Incubadora no mês de Maio daquele ano. Constatou-se que a real necessidade dos mandaleiros era muito maior que a elaboração de um plano de negócios para agregar valor à produção, dado que a produção sequer existia. Nessa mesma direção, não havia produto para escoar por um sítio na internet. Nem mesmo para escoar pela loja no mercado, que os agricultores cobravam insistentemente. A necessidade básica era organizar a cadeia produtiva e fomentar as relações de cooperação.

Essa constatação se ancora na própria constituição das mandalas: pelos materiais dessa tecnologia de produção, a expectativa é que uma mandala seja capaz de produzir 100 Kg de hortifrutis por dia, no entanto, de pequenas quantidades de cada item, dado que a diversificação da produção é essencial para controle de pragas. Uma mandala pode produzir até 30 itens de hortifrutis, assim, de forma plana, uma mandala produzindo 100Kg de 30 variedades produziria por volta de 3Kg de cada item, volume que impede qualquer acesso a canais formais de comercialização em condições economicamente sustentáveis.

Desta forma, a cooperação entre os associados foi considerada e continua sendo vista como essencial para acesso a canais formais de comercialização. Vários mandaleiros produzindo 3 Kg de cada item poderiam manter uniformidade de distribuição aos mercados que fossem escolhidos. Sozinhos, não conseguem atender regulamente a nenhum grupo de clientes.

Para fomentar a cooperação, foi desenvolvido um “kit” de produtos orgânicos para oferecer à comunidade acadêmica. Esses kits eram compostos por 13 variedades de hortifrutis, entre folhas para salada, verduras para refogar, leguminosas, frutos, tubérculos e temperos. Como os agricultores produziam muito pouco naquele momento – setembro de 2011, a ideia era fomentar a cooperação para a combinação dos itens que cada agricultor forneceria para as cestas, bem como a organização da entrega desses kits aos clientes, que os retirariam nas dependências da incubadora, com o apoio da universidade. Os clientes também foram convidados a cooperar: pagavam o mês



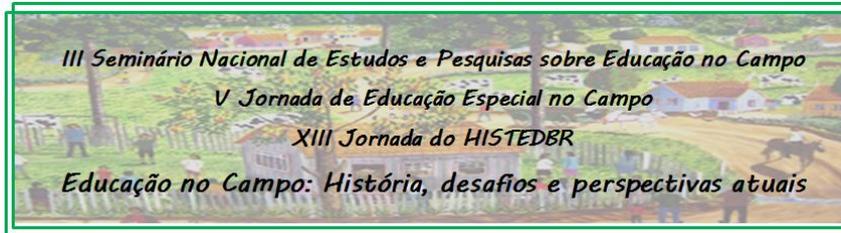
antecipadamente, a fim de que os agricultores pudessem comprar sementes e deslocar a produção.

O início do processo apontou vários pontos de melhoria em relação à organização da produção que ainda estão sendo trabalhados. Os agricultores mostraram dificuldades de organizar-se para formar as cestas. Existiram semanas em que os kits não foram entregues completos, e em outras semanas sobraram produtos. Ainda, existiu uma dificuldade na lógica de transporte dos produtos a serem comercializados. Tal fato se deve à dificuldade de comunicação e à distância entre os assentamentos onde estão localizadas as mandalas, o que gera aumento de custos para a associação e perda de produtos dos associados quando estes não são entregues.

Essas dificuldades não foram resolvidas a tempo de preparar os agricultores para ocupar a loja no mercado municipal. Em janeiro de 2012, a prefeitura pressionou a associação a assumir o espaço e seus custos, prejudicando ainda mais o fluxo de caixa. Mesmo que o espaço não fosse caro (o aluguel girava em torno de 400 reais), esse era um valor não disponível aos agricultores, a não ser que produzissem e vendessem. Em assembleia, ficou claro que a manutenção da loja custaria aproximadamente 100 reais por agricultor (entre aluguel, custos trabalhistas, embalagens, logística etc.). Esse custo seria bancado em produtos, mas precisava ficar claro que organizar a produção e cumprir o plano de produção traçado seria essencial para que os custos fossem pagos e que houvesse dinheiro para remunerar os agricultores pela produção. E que esse retorno poderia demorar de um ano a dois, dada a necessidade de consolidar o espaço de mercado e a comunicação entre produtores e clientes.

A loja completou um ano em Janeiro de 2013 de portas fechadas e foi entregue no mês seguinte à prefeitura. Os agricultores desentenderam-se ao longo do ano de 2012, reclamando que deveriam ser remunerados pela produção que enviavam para a loja. As vendas apenas cobriram os custos nos primeiros meses (situação normal quando se pensa na fixação de novo espaço de comercialização em um mercado cujos players já são conhecidos) e o planejamento da produção não foi seguido, de forma que quando o espaço começou a se consolidar (por volta de outubro de 2012) já não existia produção suficiente para mantê-lo aberto.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



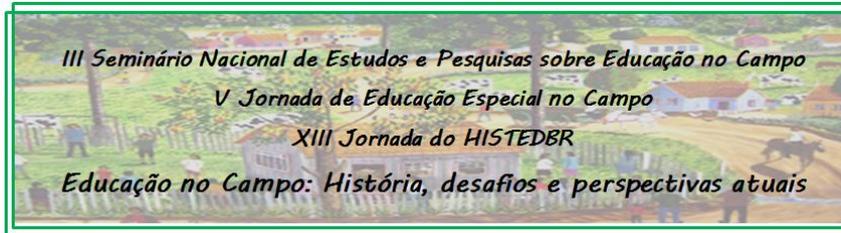
O que se percebe é que o tecido social ainda não havia sido formado. Os produtores ainda não confiavam o suficiente em seus companheiros para empreender em conjunto. Entre eles manifestava-se a desconfiança, mas ao mesmo tempo existia pouco empenho de uma parte dos agricultores em participar, o que dificultava o processo empreendedor, dada a profusão de objetivos e a ausência de recursos.

Ainda existia a visão (distorcida) de que se os custos da loja fossem eliminados, os problemas para mantê-la também sumiriam. Não era verdade. O problema da manutenção da loja não era o custo, mas a falta de produtos. Outra visão (também distorcida) era a de que existia falta de recursos para implementar os ciclos de produção e que isso impedia a exploração do espaço da loja. No entanto, no final do ano de 2012 os mandaleiros tiveram, com apoio da Incubadora, a oportunidade de implementar uma rotina de mutirão para organizar a produção das mandalas. A incubadora cedeu recursos para aquisição de mudas, sementes e implementos, contribuiu com o transporte para os mandaleiros, no entanto, não havia produção pronta para comercialização na loja.

Após essa experiência, apenas 8 das 46 famílias iniciais associadas a AMU permaneceram no firme propósito de produzir alimentos orgânicos e de forma coletiva. Os demais agricultores, quando não viram retorno da loja no tempo em que esperavam, buscaram outras atividades para poder sustentar as famílias. Boa parte deles buscou produzir para atender a programas governamentais, como o PAA (programa de aquisição de alimentos) e a Merenda Escolar (que adquire ao menos 30% das necessidades de agricultores familiares).

Esses programas não exigem que a produção seja orgânica e a produção com agrotóxicos tem ciclos mais rápidos de cultivo. Assim, os agricultores voltaram-se a esses programas para sustentar suas famílias, e o fato de contarem com mão de obra familiar acaba por indicar que as atividades que dão retorno imediatos terão mais atenção e mais energia do que as atividades que não dão esse retorno.

Assim, percebe-se que se realmente existir vontade de se estabelecer um mercado para hortifrutis orgânicos a partir de agricultores familiares assentados pela reforma agrária, não basta dar a eles recursos para a construção de hortas-mandala e acenar com um espaço de comercialização. Se não houver condições favoráveis, as



dificuldades para produzir, o uso intensivo de mão de obra, os ciclos maiores para a produção, acabam por inviabilizar o processo.

Após essa primeira intervenção, ficou patente tanto para os trabalhadores que resistiram, como para os assessores do Cieps, que se fazia necessária outra forma de intervenção. O grupo foi certificado como produtor de orgânicos pelo Ministério da Agricultura em 2014 e tem vendido sua pequena produção de forma atomizada e ainda desestruturada enquanto coletivo. A partir disso, está em construção uma proposta de planejamento, formação e organização que possam levar em consideração toda a estrutura cultural, de valores, política e o conjunto de necessidades em comum do grupo. As bases teóricas desse processo de formação serão refletidas na seção a seguir.

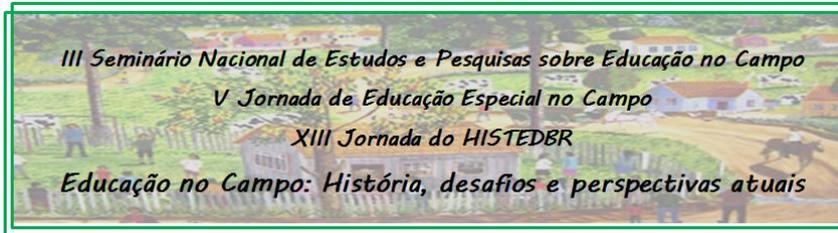
3. Os desafios da formação para o trabalho na Agricultura Familiar Camponesa

Afirma IANNI (2005, p.131):

O trabalhador rural, se encontra no centro de um sistema de produção bastante amplo e complexo... Como fornecedor de força de trabalho produtiva, segundo as condições do setor agrário, o excedente que o trabalhador rural produz é apropriado por diferentes setores do sistema econômico. Esses excedente é repartido entre os seguintes elementos do sistema econômico global: o proprietário, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante no mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola e o aparato governamental.

Assim, o trabalhador ficou mais pobre à medida que foi alienado em seu trabalho, e a partir do momento em que se introduz a tecnologia que ele desconhece para aumentar a produção, utilizando sua força de trabalho como apêndice de máquinas. Estabelece-se aí, o ponto de desumanização desse ser (MARX, 2004).

De acordo com Manacorda (2010), Marx descreve as externalidades negativas decorrentes da divisão do trabalho, que "enfraquece a capacidade de cada homem individualmente considerado" e comporta "o debilitamento e empobrecimento da atividade individual". Segundo Manacorda (2010, p. 45) é de Marx a definição histórico-dialética da divisão do trabalho como nada mais que "a expressão econômica da sociabilidade do trabalho na condição histórica da alienação humana", isto é, da propriedade privada. Nesse sentido, além de ser desprezado no processo de

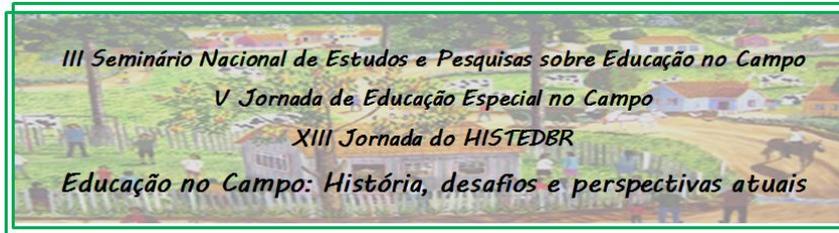


desenvolvimento e transformação tecnológica do país, tem seu trabalho diminuído por um processo severo de alienação e sua formação educacional delegada aos fazendeiros de "boa vontade", que passaram a implantar escolas em suas propriedades, ou a formação enquanto humano relegado a sua própria sorte, no caso daquelas famílias que conseguiram ficar unidas na terra e os filhos aprenderam a lidar com os pais. Mesmo assim, as famílias dos trabalhadores camponeses são empurrados para a margem do sistema social que se forma.

Nesse quadro, a causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido. A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente (SAVIANI, 2008, p.5).

O relevante é que a realidade para o assentado ou agricultor familiar camponês é dura, cheia de incertezas e fisicamente desgastante, porém pode-se afirmar que existem alternativas que levam a condição dos marginalizados para o patamar de dignidade social, como, por exemplo, Betanho (2008) aponta para os empreendimentos que tiveram o apoio de algum grupo de pesquisa ligados a incubadoras ou universidades, e obtiveram êxito em sua organização. Mas ainda são experiências incipientes e localizadas. Assim, não podemos cair no "canto da sereia" do discurso burguês que trabalha a questão da inclusão como solução para os problemas do trabalhador camponês, pois inclusão apenas do ponto de vista econômico, alicerçado nos valores burgueses do "vencedor", seria o mesmo que transformar o camponês no proprietário de um pequeno sítio que irá empregar e oprimir outros camponeses de sorte diferente.

[...] vale dizer que a escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção de tipo capitalista. Para isso, ela toma a si todas as crianças de todas as classes sociais e inculca-lhes durante anos a fio de audiência obrigatória "saberes práticos" envolvidos na ideologia dominante. Uma grande parte (operários e camponeses) cumpre a escolaridade básica e é introduzida no processo produtivo. Outros avançam no processo de escolarização, mas acabam por interrompê-lo passando a integrar os quadros médios, os "pequeno-burgueses de toda a espécie". Uma pequena parte, enfim, atinge o vértice da pirâmide escolar. Estes vão ocupar os postos próprios dos "agentes da exploração" (no sistema produtivo), dos



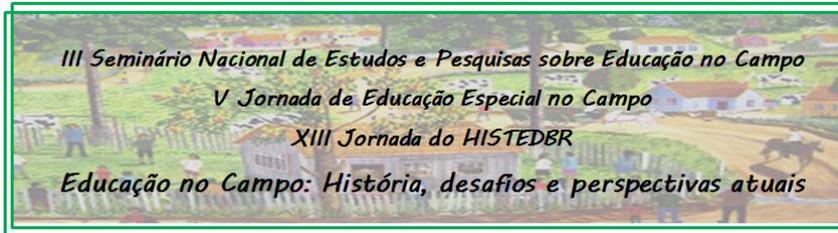
"agentes da repressão" (nos Aparelhos Ideológicos de Estado) (SAVIANI, 2008, p.15).

Para construir uma alternativa de emancipação econômica para os trabalhadores camponeses é necessário que os mesmos, após superarem as inúmeras dificuldades no processo de produzir, se organizem para ocupar outro lugar nessa história que é a conquista da autonomia, ou seja, a apropriação de todas as formas de dominar a cadeia produtiva em que a sua produção agrícola está inserida, seja ela para a alimentação ou geração de energia (EID et al, 2006). Com essa lógica é necessário dominar as técnicas que vão da preparação da terra, semente, adubação, plantio, colheita, e as duas atividades desafiantes, que são o processamento e a comercialização da produção. Essa perspectiva se torna um desafio diário, porque não basta dar aos agricultores informações técnicas, pois serão apenas instrumentalizados. Então é necessário voltar às origens e analisar como o trabalhador rural foi educado para o trabalho para entender o que de fato acontece nas relações do campo, ou seja, o camponês foi educado para ser um operador de meios para realizar a produção e o fazendeiro para se apropriar do trabalho realizado. Então o agricultor, dentro da lógica hegemônica, sempre será um fornecedor, seja ele dono da terra ou não e, independente do que produza, vai pegar essa produção e entregar para outro gerar riquezas.

Cada vez mais, portanto, aquela instrução que, originariamente, não é uma necessidade primária, mas um luxo inessencial, torna-se uma necessidade indispensável para a produção da vida. Efetivamente, mesmo a simples "manutenção" da sociedade atual - o que, considerado o seu dinamismo, é uma hipótese meramente formal - exigiria uma ampla participação de homens técnica e culturalmente capacitados para o controle e promoção das suas atividades; mas a instabilidade tecnológica, as novas técnicas de que todos falam - cibernética, automação etc. - a inevitável necessidade de estabelecer previsões planejadas, exigem muito mais do que uma escola ou uma aprendizagem tradicionais (MANACORDA, 2010, p.29).

Melhorar de vida é a condição pretendida para as famílias camponesas que pretendem viver de sua produção. Assim, além de produzir produtos (por exemplo orgânicos), também busca-se meios para entregar essa produção diretamente para seus consumidores, criar relacionamentos duradouros com esses clientes e, na perspectiva de futuro não tão distante, iniciar o processamento mínimo de seus produtos.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**

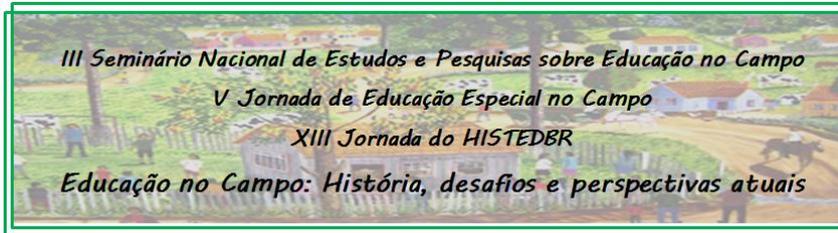


Cabe aqui refletir que os instrumentos ideológicos burgueses, como a escola e os meios de comunicação, fazem os agricultores acreditarem que sua vocação é trabalhar na terra, servindo o homem da cidade com seus produtos. O trabalho de Silveira (2008), avaliando a realidade de uma escola rural de Uberlândia, aponta para a idealização do espaço rural como um espaço tradicional, de cuidado da terra, enquanto que o espaço urbano era vinculado ao desenvolvimento e ao progresso. Assim, o homem do campo não deveria se aventurar a ser mais do que lhe foi "destinado", ou seja, o agricultor não deve dominar toda a cadeia produtiva em que está envolvido, pois da porteira para fora já não é mais de sua conta o que acontece com seus produtos.

Como aparelho ideológico, a escola cumpre duas funções básicas: contribui para a formação da força de trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa. Cumpre assinalar, porém, que não se trata de duas funções separadas. Pelo mecanismo das práticas escolares, a formação da força de trabalho dá-se no próprio processo de inculcação ideológica. (SAVIANI, 2008, p.21).

Trata-se de discutir uma educação que atenda os anseios de emancipação para o trabalhador do campo, de forma que consiga superar a marginalização, pois enquanto a educação na cidade estiver preparando o filho do fazendeiro para ser patrão do camponês, e o camponês para servir aos propósitos dos donos dos meios de produção, nada vai mudar. Com esse olhar é fundamental entender que a educação dever ser revolucionária, em primeiro lugar, pelos e para os camponeses, não pode ser igual porque as demandas são muito diferentes, mas não pode ser outra educação porque nos relacionamos na mesma sociedade. Deve haver uma interface que faça a interlocução, garantindo que um homem educado não subjuguem outro homem também educado, pelo tipo de educação recebida, ou por nenhuma outra condição.

Os processos de transferência de conhecimento acabam nivelando os trabalhadores até o ponto em que haja certo controle, disponibilizando democraticamente o conhecimento, mas fragmentado de forma que o trabalhador não consiga juntar as peças para dar o passo seguinte, que é usar esse conhecimento para se libertar.



Ocorre que a história vai evoluindo, e a participação política das massas entra em contradição com os interesses da própria burguesia. Na medida em que a burguesia, de classe em ascensão, portanto, de classe revolucionária, se transforma em classe consolidada no poder, os interesses dela não caminham mais em direção à transformação da sociedade; ao contrário, os interesses dela coincidem com a perpetuação da sociedade. É nesse sentido que ela já não está mais na linha do desenvolvimento histórico, mas está contra a história (SAVIANI, 2008, p.33).

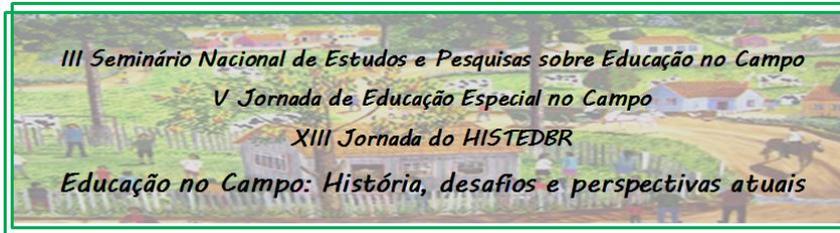
Nesse sentido Saviani (2008) afirma a necessidade de construir processos de transferência de conhecimento para que o trabalhador se aproprie e domine as ferramentas que são utilizadas pelo capitalista como forma de dominação. O trabalhador camponês deve dominar todas as tecnologias disponíveis para seu trabalho e superar o instrumental que os explora, assim pode buscar de fato emancipação econômica, social e passar a determinar sua própria história.

Manacorda (2010) discute a educação omnilateral, que segundo o autor, deflagra o processo de emancipação humana em todos os sentidos e direções, possibilitando ao trabalhador não só se apropriar das tecnologias, como também poder gerá-las a partir de suas experiências e conhecimento acumulado.

Considerações finais

Os desafios para conquista a emancipação econômica dessas famílias são enormes e exigirão de todos os públicos envolvidos - camponeses, poder público, incubadora, comunidade universitária, sociedade - muita paciência e empenho, o que não a torna impossível. A melhoria das condições de vida dessas famílias de agricultores camponeses está ligada a capacidade de toda a sociedade em superar a lógica do individualismo e construir práticas coletivas que sejam de bem comum. Essas possibilidades estão diretamente relacionadas com a história das relações políticas encontradas na questão agrária de nosso país.

Os trabalhadores camponeses têm em seu esforço produtivo um poder de barganha muito menor nos mercados em relação a concorrência com o agricultor capitalista, que é estruturado por meio de financiamentos públicos ou privados, entre outros benefícios financeiros. Esse agricultor é possuidor de capital para investimento



tanto em tecnologia de produção como em seu escoamento, e acaba determinando alguns comportamentos de realização dos mercados.

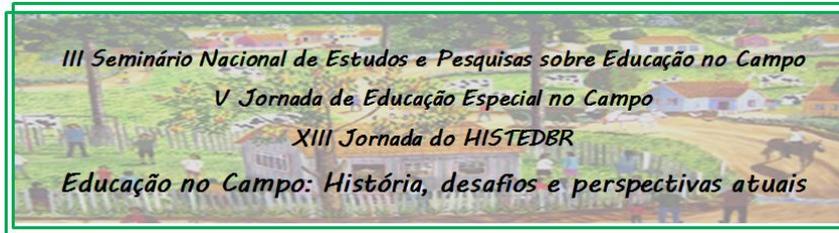
Os trabalhadores camponeses se aventuram dia após dia na tentativa, cada vez mais criativa, para conseguir se manter na terra, por meio de diversas formas de produção, entre elas a produção de orgânicos ou agroecológicas, e assim vender seus produtos e criando vínculos restritos a clientes que muitas vezes são mais simpatizantes da ideia do que propriamente um segmento de consumidores consolidado, porém é fato que a demanda existe.

Para atender essa demanda, os trabalhadores acabam criando meios de se viabilizar individualmente, fator que aumenta sua fragilidade enquanto participação no mercado, e o seu foco está na solução das questões imediatas de sobrevivência e provocam um sentimento de disputa e de desconfiança entre os próprios trabalhadores. As ações de trabalho cooperado são sabotadas inconscientemente desde o momento de planejar a produção, até nas relações com os clientes. Em nosso acompanhamento das ações de formação do Cieps, é comum ouvir entre os camponeses a opinião de que, quando eles estão fazendo algum tipo de mutirão da roça do vizinho, estão perdendo tempo de trabalho na sua própria roça, aí ficam no prejuízo, e quem vai cobrir esse prejuízo? Percebe-se que existe um trabalho a ser realizado que vai muito além da necessidade de formá-los para produzir e entregar para os mercados. Passo anterior a esse e que deve permear o acompanhamento desse, está em investir na formação para o trabalho e no aprofundamento das relações políticas e sociais dos grupos em questão. Na prática, significa investir em interações de relacionamento que apontem para a organização de se trabalhar de forma cooperada, levando em consideração suas vivências, experiências de trabalho e sua cultura, buscando a eliminação da exploração do trabalho, a alienação e o estranhamento do trabalhador em relação ao resultado de seu trabalho, na busca da emancipação humana.

Referências

BETANHO, Cristiane. **Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST: pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio**

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Grande do Sul. 318 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

BEZERRA NETO, Luiz. Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil. **Campinas, SP, 2003.**

CARDOSO, Lucimeire de Fátima; CLEPS JR, João. A luta pela terra no Triângulo Mineiro: reflexões a partir do assentamento Fazenda Nova Tangará, Uberlândia (MG). **XVI Encontro Nacional dos Geógrafos.** Porto Alegre: 2010.

EID, Farid; PIMENTEL, Andréa H.B.; SEVERINO, Maico R.; SANTOS, Clarice. Cadeias produtivas sob controle de famílias cooperadas do MST-Brasil. **Anais do VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – ALASRU.** Quito, Equador, 20-24/11, 2006.

IANNI, Octavio. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In, STÉDILE, João Pedro, **A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

INCRA. Alimentos produzidos em assentamentos chegam a 60 mil estudantes em Uberlândia (MG). Internet: http://www.incra.gov.br/alimentos-produzidos-em-dois-assentamentos-chegam-a-60-mil-estudantes-em-uberlandia-mg_publicado_em_28/03/2014. Acessado em 16jun2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos Assentamentos – um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Edunesp, 2004.

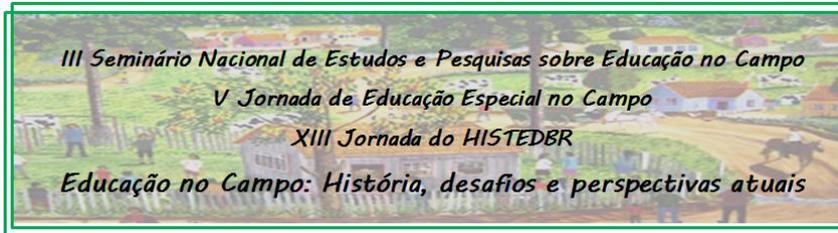
MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

MARX, Karl; RANIERI, Jesus. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Boitempo Editorial, 2004.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP Coordenação: GIRARDI, E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2014.

RANGEL, Ignácio. A questão Agrária Brasileira 1957-1986. In, STÉDILE, João Pedro, **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 - 1960.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



SILVEIRA, Tânia C. História da Escola Rural Santa Tereza (Uberlândia/MG. 1934 a 1953). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Educação. Uberlândia: UFU, 2008. 180p.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**: o debate tradicional 1950 - 1960. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

_____. **A Questão Agrária no Brasil**: Programas de reforma agrária – 1946-2003. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.